

**A DESCOLONIZAÇÃO DO PENSAMENTO ACADÊMICO BRASILEIRO: UM
ENSAIO SOBRE A ANÁLISE DO DISCURSO
THE DECOLONIZATION OF BRAZILIAN ACADEMIC THOUGHT: AN ESSAY
ABOUT DISCOURSE ANALYSIS**

Thiago Barbosa Soares¹

Resumo: Este ensaio propõe uma reflexão crítica sobre a persistência do eurocentrismo no pensamento acadêmico brasileiro, analisando suas raízes históricas e implicações contemporâneas de abordagens eurocentradas. Partindo de uma revisão histórica da colonização intelectual do Brasil, discute-se como a estruturação das universidades brasileiras, modeladas por padrões europeus, consolidou uma dependência epistemológica. Utilizando aportes teóricos de Michel Foucault e estudiosos da Análise do Discurso, argumenta-se que a reprodução acrítica de teorias estrangeiras limita a produção de conhecimento autóctone. Conclui-se pela urgência de uma descolonização consciente do saber, que valorize perspectivas locais e promova uma antropofagia epistemológica.

Palavras-Chave: Eurocentrismo; Colonização Intelectual; Análise do Discurso.

Abstract: This essay proposes a critical reflection on the persistence of Eurocentrism in Brazilian academic thought, analyzing its historical roots and the contemporary implications of Eurocentric approaches. Beginning with a historical review of Brazil's intellectual colonization, it discusses how the structuring of Brazilian universities, modeled after European standards, has cemented an epistemological dependency. Drawing on the theoretical contributions of Michel Foucault and scholars of Discourse Analysis, the essay argues that the uncritical reproduction of foreign theories restricts the development of indigenous knowledge. It concludes by asserting the urgency of a conscious decolonization of knowledge, one that values local perspectives and promotes an epistemological anthropophagy.

Keywords: Eurocentrism; Intellectual Colonization; Discourse Analysis.

¹ Professor adjunto no curso de Letras e no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Pesquisador bolsista de produtividade do CNPq. Doutor em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8919327601287308>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2887-1302>. Email: thiago.soares@mail.uft.edu.br.

Considerações iniciais

A descolonização do pensamento acadêmico brasileiro, tematizada sob o título do artigo “Viralatismo acadêmico: o culto colonial à episteme estrangeira”, de Soares (2025), transcende uma mera crítica episódica ao eurocentrismo. Trata-se de um projeto ético-político que confronta a colonialidade do saber, conceito cunhado por Aníbal Quijano (2005) para descrever a hierarquização global de conhecimentos, na qual epistemologias europeias ocupam um lugar de centralidade, enquanto saberes periféricos são relegados à marginalidade. O título, “A colonialidade do saber” de Quijano (2005), em questão sintetiza duas dimensões indissociáveis: a valorização do conhecimento produzido na periferia e a natureza intransitiva dos questionamentos, isto é, sua capacidade de perpetuar-se como demandas urgentes, independentemente de respostas imediatas. Esses questionamentos não se esgotam, pois emergem de uma estrutura colonial que persiste mesmo após a independência formal, moldando instituições, currículos e imaginários.

Para compreender essa dinâmica entre a produção eurocentrada e sua recepção no Brasil, é imperioso realizar um sobrevoo histórico que vá além da colonização territorial e adentre a colonização intelectual. A chegada dos portugueses em 1500 não inaugurou apenas a exploração econômica do território, mas também um projeto de dominação simbólica, no qual a língua, a religião e os modelos educativos europeus foram impostos como únicas vias legítimas de conhecimento. Como observa Santos (2010, p. 32), “o colonialismo não se limitou a extrair riquezas; extraiu também a possibilidade de os colonizados se reconhecerem como produtores de saber”. Esse processo configurou uma cosmovisão historizada nos comportamentos brasileiros, na qual a metrópole europeia continuou a ditar os rumos intelectuais, mesmo após a independência política em 1822.

Um contraste elucidativo surge ao comparar o Brasil com os Estados Unidos, país igualmente colonizado, mas que logrou construir uma academia autônoma e exportadora de teorias. A diferença reside no caráter da colonização: enquanto nos EUA a colonização de povoamento permitiu a replicação de instituições europeias com adaptações locais, no Brasil a colonização de exploração perpetuou relações de dependência (Furtado, 2007). Além disso, os EUA promoveram, desde o século XIX, políticas educacionais voltadas à formação de uma intelectualidade nacional, como a criação de universidades públicas (ex.: Harvard, 1636), enquanto o Brasil só instituiu suas primeiras universidades federais no século XX (UFRJ, 1920; USP, 1934), todas estruturadas por missões europeias. Professores franceses, como Fernand Braudel na USP, reforçaram o eurocentrismo ao implantar currículos que ignoravam realidades locais, como aponta Schwarcz (1993, p. 89): “A USP nasceu com um pé na Europa e outro no vácuo”.

Essa dependência não se restringe ao passado. O ensino superior brasileiro, moldado como “extensão simbólica do velho mundo” (Piovezani; Sargentini, 2011, p. 10), ainda hoje reproduz uma lógica de proselitismo epistemológico, na qual teorias europeias são veneradas como universais, enquanto produções locais são tratadas como “casos particulares”. Foucault (2009, p. 45), em “A ordem do discurso”, alerta que tal dinâmica transforma o conhecimento periférico em “um conjunto de

comentários” sobre o cânone central, esvaziando sua potencialidade crítica. No Brasil, isso se manifesta na predominância de autores europeus em bibliografias de cursos de humanidades e na escassez de revistas científicas que valorizem perspectivas decoloniais.

Contudo, reconhecer a origem europeia de certos saberes não implica negá-los, mas sim evitar a submissão acrítica que Orlandi (2012, p. 13) denuncia como “ideologia do colonizado”. A antropofagia cultural proposta por Oswald de Andrade (1928) oferece um caminho: devorar teorias estrangeiras para transformá-las em algo novo, enraizado nas contradições brasileiras. Esse projeto, porém, esbarra em estruturas acadêmicas que privilegiam a reprodução do status quo, como agências de fomento que financiam pesquisas “internacionalizáveis” (leia-se: alinhadas a agendas euro-americanas) e editoras que relegam obras locais a nichos marginalizados (Souza, 2017).

Assim, o ponto de virada para a descolonização ainda está por vir. Ele exigirá não apenas a crítica ao eurocentrismo, mas a construção de epistemologias do Sul (Santos, 2010), capazes de dialogar com as complexidades de um país marcado por desigualdades históricas. Como afirma Mbembe (2017, p. 32), “descolonizar é desmontar a arquitetura intelectual que naturaliza a inferioridade do Outro”. No Brasil, isso significa transformar universidades em espaços de tradução intercultural, em que saberes indígenas, afro-brasileiros e periféricos não sejam exotizados, mas reconhecidos como fundamentais para repensar o próprio conceito de conhecimento.

A colonização do pensamento acadêmico brasileiro e a resistência decolonial: uma discussão a partir da Análise do Discurso

A luta por justiça social no cenário acadêmico contemporâneo não se restringe à inclusão de minorias em espaços historicamente elitistas. Trata-se também de dismantlar estruturas epistêmicas coloniais que invisibilizam saberes locais e perpetuam hierarquias intelectuais. O discurso decolonial, neste contexto, emerge como um contraponto crítico ao eurocentrismo, propondo não apenas denunciar a primazia de teorias europeias, mas também reconstruir epistemologias a partir de experiências periféricas. Como afirma Mignolo (2003, p. 67), a decolonialidade implica “desvincular-se da matriz colonial do poder”, questionando a falsa universalidade de paradigmas ocidentais.

A Análise do Discurso (AD), campo consolidado na linguística brasileira, serve como espelho dessa dinâmica colonial. Apesar de suas contribuições, sua trajetória no Brasil é marcada por uma dependência estrutural de referenciais europeus, como demonstram Piovezani e Sargentini (2011). Esses autores destacam que “A AD brasileira, conforme Piovezani e Sargentini (2011, p. 10), configura-se como uma ‘ciência sem passado no país’, pois sua heterogeneidade teórica reflete menos a pluralidade local e mais a diversidade gestada na Europa. Um exemplo disso é a predominância de autores franceses como Pêcheux em disciplinas de linguística, enquanto pesquisadores brasileiros que adaptaram essas teorias a contextos nacionais, como Eni Orlandi, raramente são reconhecidos internacionalmente. Essa

afirmação revela um paradoxo: mesmo em um campo que estuda a materialidade linguística de discursos, há uma submissão acrítica a modelos teóricos estrangeiros, muitas vezes aplicados de forma superficial para “marcar pertencimento à teoria”, em vez de engajar-se com realidades locais (Piovezani; Sargentini, 2011, p. 24).

Esse fenômeno não é acidental e reflete o que Santos (2010, p. 45) chama de “epistemicídio”, ou seja, o apagamento sistemático de saberes não europeus. Na AD, isso se manifesta na marginalização de pensadores brasileiros que poderiam dialogar com especificidades nacionais, como a relação entre linguagem e desigualdade social. Em vez disso, prevalece uma “recitação de conceitos” (Piovezani; Sargentini, 2011, p. 24) de autores como Michel Pêcheux, cuja obra é reverenciada, mas raramente submetida a uma crítica contextualizada. Orlandi (2012, p. 13) alerta para o risco dessa “adulação intelectual”, que reforça a “ideologia do colonizado” ao tratar teorias estrangeiras como incontestáveis.

A Análise do Discurso (AD), em sua gênese francesa, nasceu como um projeto político-epistemológico para desnaturalizar as relações de poder inscritas nas práticas linguísticas. Michel Pêcheux (2009), um de seus fundadores, via na linguagem não um sistema neutro, mas um campo de batalha ideológica, em que discursos disputam sentidos e legitimam ordens sociais. No entanto, ao ser transplantada para o Brasil, essa ferramenta crítica sofre um deslocamento paradoxal: em vez de desvendar as especificidades da dominação local, muitas vezes reproduz a lógica colonial que deveria combater. Essa ironia não é mero acidente, mas sintoma de uma cegueira epistemológica estrutural, que ignora como a herança colonial molda até mesmo os instrumentos de crítica.

Estudos brasileiros que utilizam a AD para analisar fenômenos como corrupção política ou cobertura midiática frequentemente recorrem a categorias europeias, como “formação discursiva” ou “interdiscurso”, sem interrogá-las à luz de contextos locais. Por exemplo, ao investigar manchetes sobre escândalos de corrupção, aplica-se o conceito de “efeito de evidência” (Pêcheux, 2009) para descrever como a mídia naturaliza certas narrativas. Contudo, essa análise desconsidera que a corrupção no Brasil não é um desvio moral, mas um sistema estrutural enraizado no patrimonialismo (Faoro, 1958) e na “cordialidade” (Holanda, 1936), traços históricos ligados à colonização portuguesa. Como alerta Schwarz (2000, p. 39), “as ideias fora do lugar” — no caso, teorias europeias aplicadas a realidades desconexas — acabam por mascarar, em vez de revelar, as dinâmicas de poder.

A omissão mais grave, porém, diz respeito ao racismo. Enquanto na França a AD foi mobilizada para criticar o imperialismo ou o classismo, no Brasil raramente se articula com a racialização do poder, conceito central para compreender desigualdades históricas. Pesquisas sobre discursos midiáticos, por exemplo, analisam a representação de movimentos sociais sem vincular essa representação ao epistemicídio (Santos, 2010) que silencia vozes negras e indígenas. Ignora-se que, como afirma Almeida (2019, p. 67), “o racismo é uma tecnologia de poder que estrutura a linguagem”, desde a estigmatização de sotaques periféricos até a invisibilização de epistemologias afro-brasileiras. Essa lacuna não é inocente: reflete o que Quijano (2005) chama de “colonialidade do saber”, ou seja, a hierarquia que

elege teorias eurocêntricas como universais, enquanto saberes negros e indígenas são exotizados ou apagados.

O paradoxo é evidente: uma disciplina que se propõe a criticar o poder acaba naturalizando a colonialidade ao desconsiderar que suas próprias ferramentas teóricas são produtos de um contexto específico. Como explica Spivak (1988), a crítica pós-colonial deve questionar não apenas o conteúdo dos discursos, mas também as condições de produção do conhecimento. No Brasil, isso exigiria reconhecer que a AD não é uma “ciência sem passado” (Piovezani; Sargentini, 2011), mas uma prática discursiva marcada por tensões entre o importado e o local. A recusa em fazer essa autocrítica transforma a AD em “violência epistêmica” (Spivak, 1988), em que teorias europeias são impostas como lentes únicas para ler realidades radicalmente distintas.

A resistência a essa lógica passa por antropofagia epistemológica, nos termos de Oswald de Andrade (1928). Não se trata de rejeitar teorias europeias, mas de “devorá-las” para transformá-las em algo novo, enraizado nas contradições brasileiras. Na prática, isso exigiria: a) revisitar a história da AD no Brasil, recuperando contribuições de pesquisadores nacionais que adaptaram teorias estrangeiras a contextos locais; b) criar metodologias híbridas, como propõem pesquisadoras decoloniais que integram saberes indígenas e afro-brasileiros à análise linguística (Oliveira, 2019; Soares, 2023); c) descentralizar a produção acadêmica, incentivando publicações em revistas nacionais e em língua portuguesa, em vez de priorizar periódicos internacionais indexados.

Iniciativas como o Grupo de Estudos Decoloniais da UNB ou o projeto “Epistemologias do Sul” na USP são exemplos embrionários dessa virada. Contudo, como adverte Mbembe (2017, p. 89), a descolonização exige mais do que gestos simbólicos: requer “desmontar a arquitetura institucional que naturaliza a inferioridade do saber periférico”. No caso da AD, isso significa desafiar agências de fomento que privilegiam projetos “internacionalizáveis” (leia-se: alinhados a agendas eurocêntricas) e editoras que relegam obras locais a coleções secundárias.

Em vista do que foi dito, a descolonização do pensamento acadêmico brasileiro não é um ajuste metodológico, mas um projeto político-epistemológico. Enquanto a AD continuar a ser um “conjunto de comentários” sobre Pêcheux e Foucault, em vez de uma ferramenta para decifrar a colonialidade embutida nos discursos nacionais, o potencial transformador dessa disciplina permanecerá truncado. Como conclui Orlandi (2012, p. 13), só há independência intelectual quando o conhecimento local deixar de ser um apêndice para se tornar protagonista. Enquanto a AD brasileira insistir em falar a língua da Europa, sua crítica será sempre um eco, nunca uma voz. A independência intelectual só virá quando reconhecermos que desvendar o poder no Brasil exige mais do que aplicar Pêcheux: exige contaminar suas teorias com o dendê das encruzilhadas, em que saberes negros, indígenas e periféricos resistem e reinventam-se. Como ensina Grada Kilomba (2019), a descolonização é um ato de tradução radical — traduzir feridas coloniais em potência criativa e silêncios impostos em discursos de libertação. A AD que se almeja não será um espelho, mas um caleidoscópio, capaz de refletir a complexidade de um país que ainda luta para narrar-se a si mesmo.

Considerações finais

A descolonização do pensamento acadêmico brasileiro não é um projeto meramente teórico, mas uma urgência ética e política diante de uma história marcada pela colonialidade do poder e do saber. Como demonstrado ao longo deste ensaio, a persistência do eurocentrismo nas instituições universitárias reflete não apenas uma dependência intelectual, mas uma estruturação sistêmica que naturaliza hierarquias epistêmicas, silencia vozes periféricas e reproduz violências simbólicas. Ainda que o Brasil tenha conquistado sua independência política há dois séculos, sua emancipação intelectual permanece inconclusa, refém de um cânone que privilegia teorias europeias como universais, enquanto saberes locais são relegados ao anedótico ou ao exótico.

A análise crítica de campos como a Análise do Discurso revela um paradoxo emblemático: mesmo disciplinas que nasceram para desvendar relações de poder frequentemente reproduzem a lógica colonial que buscam combater. A submissão acrítica a modelos teóricos estrangeiros, como apontam Piovezani e Sargentini (2011), transforma a produção acadêmica em um “conjunto de comentários” (Foucault, 2009), esvaziando seu potencial transformador. Essa dinâmica não é neutra: ela consolida o que Aníbal Quijano (2005) definiu como colonialidade do saber, um mecanismo que perpetua a dominação ao eleger o conhecimento europeu como único legítimo.

A afirmação de Antonio Candido (2000) de que a literatura brasileira historicamente funcionou como um “espelho que reflete a Europa” não se limita ao campo literário. Ela ecoa, de forma contundente, na trajetória da Análise do Discurso (AD) no Brasil, que, apesar de suas pretensões críticas, frequentemente reproduz uma lógica de dependência epistêmica. Enquanto a AD brasileira permanecer refém de modelos teóricos europeus, aplicados acriticamente a contextos locais, sua crítica ao poder será um exercício de autoengano, incapaz de desvendar as especificidades da dominação em um país marcado por séculos de colonialismo, escravidão e desigualdade estrutural. A verdadeira descolonização exige mais do que a importação de ferramentas teóricas; demanda uma reinvenção radical, na qual conceitos como os de Michel Pêcheux sejam “devorados” e transformados pelo dendê das encruzilhadas epistemológicas do Sul Global — espaços de intersecção em que saberes marginalizados resistem, criam e ressignificam.

Cabe à academia brasileira, portanto, assumir seu papel histórico com a urgência que o momento exige: deixar de ser um mero *espelho* que reflete passivamente a Europa — como diagnosticou Antonio Candido (2000) em sua análise sobre a formação literária — para tornar-se um *caleidoscópio*, instrumento que fragmenta, recombina e multiplica imagens, revelando as incontáveis faces de um país multifacetado. Essa transição não é metafórica, mas um imperativo ético. Enquanto a produção de conhecimento permanecer refém de cânones alheios, reproduzindo teorias europeias como dogmas universais, a independência intelectual brasileira seguirá sendo uma quimera, aprisionada na *colonialidade do saber* (Quijano, 2005). A verdadeira emancipação só florescerá quando o *dendê das encruzilhadas epistemológicas* — metáfora que sintetiza a fusão entre saberes africanos, indígenas

e periféricos — temperar não apenas nossas teorias, mas nossa capacidade coletiva de imaginar futuros radicalmente plurais e justos.

Para que a academia brasileira transcenda seu papel de espelho colonial e se torne um caleidoscópio de saberes plurais, são urgentes ações concretas: 1) Criar cátedras decoloniais dedicadas a epistemologias indígenas, africanas e periféricas, como as já embrionárias na UNILAB; 2) Redirecionar financiamentos públicos para pesquisas que articulem ciência e saberes tradicionais, seguindo modelos como o *Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia*; 3) Revisar critérios de excelência acadêmica, priorizando publicações em revistas como *Afirmativa* ou *Periferia* em detrimento de métricas internacionais eurocêntricas; 4) Implementar pedagogias insurgentes que integrem narrativas quilombolas, contagem indígena (*ethnomathematics*) e análises de discurso enraizadas na dominação estrutural; 5) Promover a desobediência institucional, desafiando agências e editoras a reconhecerem a bibliodiversidade como valor central.

Essas medidas acima levantadas não são utópicas, mas exigem coragem para romper com a lógica do *epistemicídio* (Santos, 2010) e abraçar a antropofagia como método. Afinal, como transformar universidades em espaços de tradução intercultural sem reproduzir as hierarquias que buscamos demolir? A resposta está nas encruzilhadas: só o dendê dos saberes marginalizados — temperado pela justiça cognitiva e pela ousadia de reescrever regras — poderá guiar-nos além do espelho. O desafio está lançado: qual Brasil quer ser visto refletido no caleidoscópio do amanhã?

Referências

- ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Jandaíra, 2019.
- ANDRADE, Oswald. Manifesto Antropófago. In: ANDRADE, Oswald (Org.). Oswald de Andrade: **Obras Completas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1928.
- CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira**. São Paulo: Ouro sobre Azul, 2000.
- FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. Porto Alegre: Globo, 1958.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 2009.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.
- KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Lisboa: Antígona, 2017.

MIGNOLO, Walter. **Histórias locais: projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes. **Análise do Discurso e decolonialidade: diálogos possíveis**. São Paulo: Parábola, 2019.

ORLANDI, Eni. Ler Michel Pêcheux hoje. In: ORLANDI, Eni (Org.). **Análise de discurso: Michel Pêcheux**. Campinas: Pontes Editores, 2012.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

PIOVEZANI, Carlos; SARGENTINI, Vanice. Legados de Michel Pêcheux e paradoxos da Análise do discurso no Brasil. In: PIOVEZANI, C; SARGENTINI, V. (orgs.). **Legados de Michel Pêcheux inéditos em análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2011.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para descolonizar o Ocidente: mais além do pensamento abissal**. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas**. São Paulo: Duas Cidades, 2000.

SOARES, Thiago Barbosa. Descolonizar a análise do discurso brasileira: um ensaio acerca da formação imaginária eurocêntrica. **Periferia**, v. 15, p. e74881, 2023. DOI: 10.12957/periferia.2023.74881. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/periferia/article/view/74881>. Acesso em: 25 jan. 2025.

SOARES, Thiago Barbosa. Viralatismo acadêmico: o culto colonial à episteme estrangeira. **Conexão Tocantins**. 29/05/2025. Disponível em: <https://conexaoto.com.br/2025/05/29/viralatismo-academico-o-culto-colonial-a-episteme-estrangeira>. Acesso em: 9 jun. 2025.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SPIVAK, Gayatri. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 1988.